

## CONGRESSO REMOTO<sup>1</sup>

### BOLETIM N.4

#### O Centrão e a PL das Fake News no Senado

O Senado Federal aprovou no dia 30 de junho o PL 2630/20, conhecido como “PL das fake news”. O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) foi o relator do PL, mas seu parecer sofreu alterações ao longo da tramitação na casa. Foram três votações em plenário que dividiram bastante os parlamentares e os partidos que representam: a da Emenda 153, substitutiva ao projeto; a da Emenda nº 142 e a do Art. 10 do Substitutivo. O Governo tem posição marcadamente contrária ao PL 2630, que é demonstrada nas inúmeras falas do presidente Jair Bolsonaro e de seus correligionários que o acusam de violar a liberdade de expressão, quando não de promover a perseguição política de seu grupo.

Dada a forte preferência da posição do executivo, vamos utilizar aqui a análise das votações para avaliar o alinhamento parlamentar do Governo com os partidos e particularmente com o bloco chamado de Centrão. Uma das principais novidades da política parlamentar nacional nos últimos meses tem sido o suposto acordo entre o governo Bolsonaro e esse bloco de partidos de direita, que finalmente conferiria governabilidade ao executivo e blindaria o presidente contra a admissão de pedidos de impeachment por parte da Câmara dos Deputados. Do ponto de vista dos observadores da política, contudo, não há clareza sobre os termos do acordo. Ademais, sequer sabemos exatamente qual a composição do Centrão, já que a maior parte dos partidos e políticos que supostamente pertenceriam a ele nega o rótulo, pois o tomam como pejorativo.

A despeito dessa indefinição, ao final do mês de julho os jornais estamparam em suas capas notícia de que o DEM e o MDB estariam deixando o Centrão para formar um bloco alternativo no Congresso.

Neste boletim, comparamos a taxa de governismo dos partidos e do bloco do Centrão testando duas composições possíveis, propostas com base na cobertura de imprensa:

Centrão\* = Avante , DEM , MDB , Patriota , PL , Podemos , PP , Pros , PSD , PTB , Republicanos e Solidariedade

Centrão\*\* = Avante , Patriota , PL , Podemos , PP , Pros , PSD , PTB , Republicanos e Solidariedade.

Ou seja, o Centrão\*\* é o Centrão\* sem o DEM e o MDB.

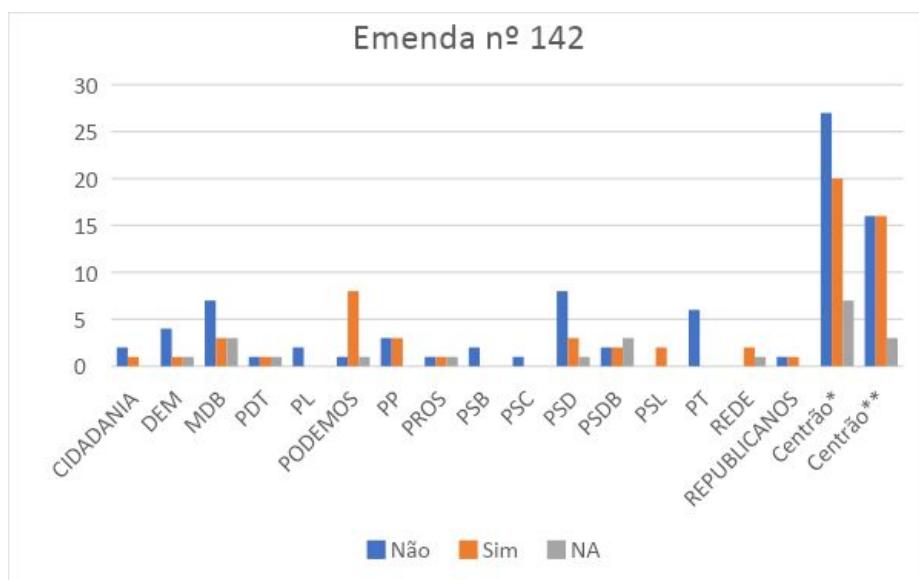
---

<sup>1</sup>O projeto Congresso Remoto é produto de parceria entre Dado Capital, Observatório do Legislativo Brasileiro, Pulso Público e RAC (Rede de Advocacy Colaborativo).

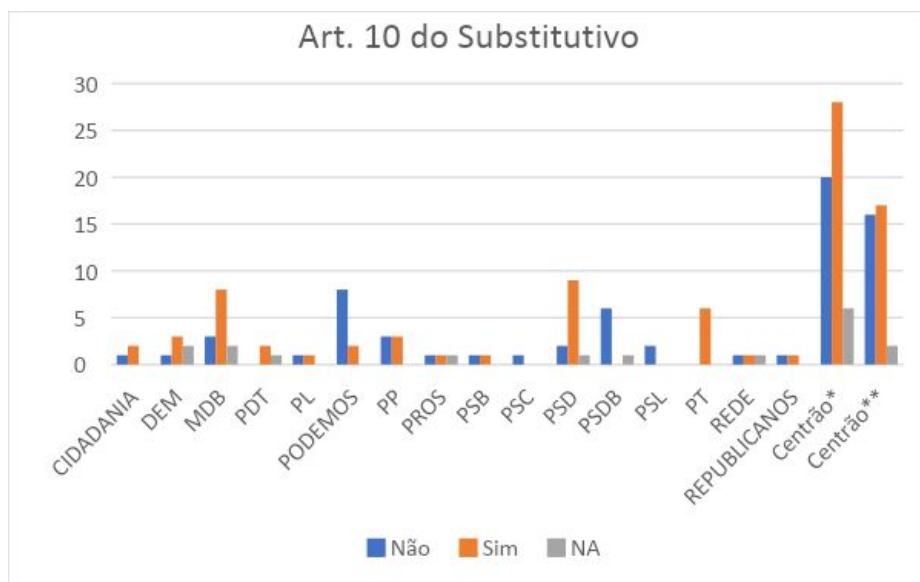
A questão que queremos responder é se os partidos se comportaram como aliados ao governo em torno de um tema para o qual o executivo tem fortíssimas preferências.

Primeiramente, vamos examinar como os partidos e as duas versões do Centrão se comportaram em cada uma das votações, comparando sua posição relativa em relação ao voto do líder do Governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), ou mesmo ao posicionamento do filho do presidente, Flávio Bolsonaro (Republicanos/RJ). É preciso ter claro também que o Governo foi favorável à Emenda nº 142, que propunha a eliminação do projeto de dispositivos que obrigam a identificação de usuários em serviços de mensageria (WhatsApp, Telegram, etc); contrário ao Art. 10, que regulamenta essa identificação; e contrário à Emenda 153 (substitutiva), que é a versão final do projeto.

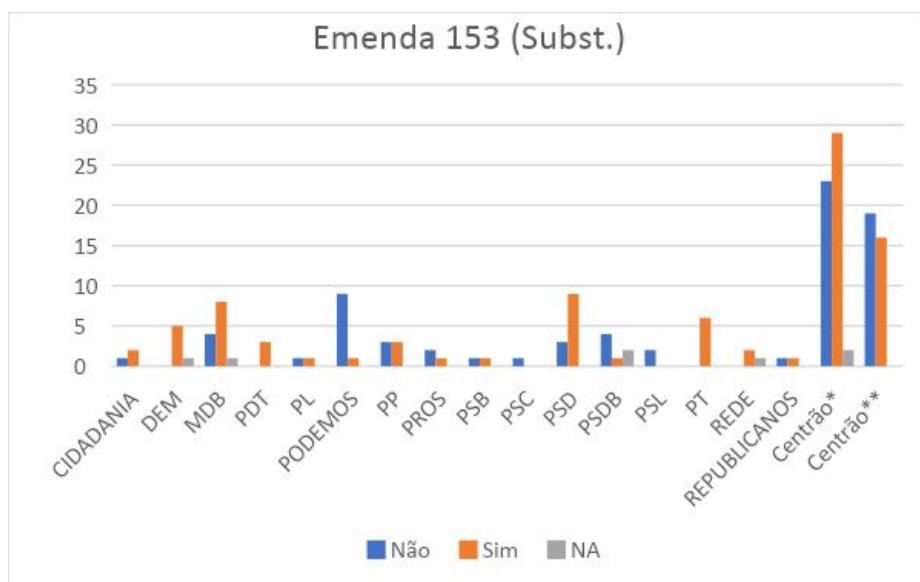
Nos 3 gráficos abaixo vemos a distribuição dos votos dos partidos e do Centrão em cada uma das votações:



Como podemos notar no gráfico acima, a posição do governo favorável à Emenda no 142 foi acompanhada integralmente somente pelo PSL e predominantemente pelo Podemos, que tem forte representação no senado – 10 membros. Partidos do Centrão com bancadas expressivas no Senado, PP e PROS, “racharam” na votação e o PSD, com 12 membros, mostrou disposição claramente anti governista. Também interessante é notar a comparação entre Centrão\* e Centrão\*\*. Enquanto o primeiro bloco, que inclui DEM e MDB, se posicionou contra o governo na proporção de 4 para 3, o segundo, ficou “em cima do muro”, com igual número de votos favoráveis e contrários à posição de Bolsonaro. A razão dessa diferença é simples. Basta olhar o padrão de votação de DEM e MDB para ver que seus senadores foram majoritariamente contrários à posição de governo.



O mesmo posicionamento, só que com sinal invertido, se repetiu nas votações do Artigo 10 e da Emenda 153. Novamente, o PSD votou contra a posição governista, e Pros e PP racharam, enquanto o Podemos emprestou seu apoio a Bolsonaro. O Centrão\*\* se mostrou rachado e o Centrão\* foi contrário ao governo em proporção praticamente idêntica à votação anterior. A diferença novamente se deveu a DEM e MDB, cujos senadores em sua maioria votaram contra o governo.



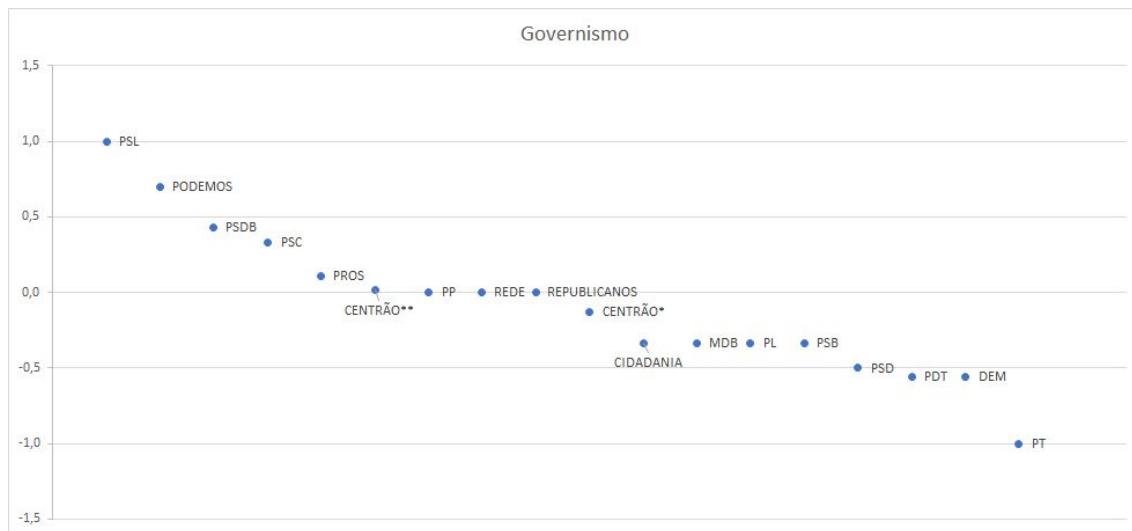
Finalmente, na última votação temos a ratificação da tendência mostrada nas duas outras, com repetição de praticamente todo o perfil de votação. Cabe ressaltar o papel de oposição do PT, 100% antigovernista em todas as votações, e também o do PSDB, decididamente favorável à posição de Bolsonaro na matéria, nas três votações. O DEM fechou posição contra o governo e o MDB votou contra o governo em uma proporção de 2 para um. Cabe notar, por fim, que nessa votação até o Centrão\*\* revelou posição ligeiramente contrária à de Bolsonaro.

A fim de testar as comparações feitas acima, calculamos o índice de governismo de cada partido da seguinte maneira:

$$I_G = \frac{Vp_G - Vp_{CG}}{Vp_G + Vp_{CG} + Vp_A}$$

Onde  $Vp_G$  é o total de votos do partido a favor do governo;  $Vp_{CG}$  é o total de votos do partido contra o governo; e  $Vp_A$  é o total de abstenções do partido.

Como o posicionamento dos partidos foi bastante constante ao longo da tramitação, agregamos as três votações em um só gráfico, calculando a média do índice de governismo de cada partido em cada votação.



Como mostra o gráfico acima, os partidos mais alinhados com a posição do governo de rejeição ao PL das Fake News foram PSL, com apenas dois senadores, e o Podemos. Os senadores do PT consistentemente se colocaram na oposição ao governo. DEM e PMDB pesaram contra o governo na votação, enquanto o PSDB mostrou disposição bastante governista. Mas a conclusão mais importante é a de que o Centrão não funcionou satisfatoriamente como base de apoio do governo no Senado em matéria de intenso interesse do executivo. Na sua versão com DEM e PMDB (Centrão\*), ele se posicionou, na média, como oposição e mesmo em sua versão sem esses dois partidos o bloco teve comportamento de resultante neutra, nem para o lado do governo, nem para o da oposição.

É possível que as votações no Senado da PL das Fake News não seja um exemplo típico do relacionamento entre o governo e o Centrão pelo fato desse projeto legislativo tratar de assunto que é caro aos parlamentares, seu estilo de campanha. Parlamentares que usaram a internet e as redes sociais intensamente em suas últimas campanhas tenderiam a se alinhar com o governo, enquanto aqueles mais tradicionais, sem muitos recursos e investimento em comunicação nas redes sociais, estariam mais preocupados em regular esse tipo de comunicação, pois ela aumenta a competição eleitoral, enfraquecendo assim suas chances de reeleição. Além disso, contamos com apenas três votações nominais nessa matéria específica, o que é pouco para avaliar de maneira mais consistente, ainda que sobre um tema específico,

as preferências e comportamento das bancadas, particularmente de partidos com poucos legisladores, a exemplo do PSL. O teste dessa hipótese deixaremos para estudo futuro. O mais provável é que os resultados examinados acima sejam um produto da combinação deste fator “estilo de campanha” com o posicionamento de parlamentares e partidos em relação ao governo, isto é, seu governismo.

A análise da tramitação do PL 2630/206 na Câmara dos Deputados será fundamental para avaliarmos o peso do governismo e a solidez da tão falada aliança entre o Governo Bolsonaro e o Centrão.

O CONGRESSO REMOTO produz dados e análises sobre o sistema político brasileiro para a sociedade civil organizada visando a fortalecer sua capacidade de monitoramento e participação no processo legislativo durante o período de funcionamento excepcional do parlamento, resultante das exigências de distanciamento social decorrentes da pandemia de COVID-19.

Fruto de parceria entre *Dado Capital*, *Observatório Legislativo Brasileiro* e *Pulso Público* – organizações com expertises complementares que atuam junto à sociedade civil –, o CONGRESSO REMOTO tem apoio institucional da *Rede de Advocacy Colaborativa*, da *Fundação Avina* e apoio financeiro da *Laudes Foundation*.

[www.congressoremoto.org.br](http://www.congressoremoto.org.br)

